

PROCESSOS EDUCATIVOS EXTRA-ESCOLARES DA SOCIEDADE GOIANA DO SÉCULO XIX: CONCEPÇÃO E FORMAÇÃO DA CRIANÇA E DO JOVEM POBRE ATRAVÉS DA LEITURA DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Yara Fonseca de Oliveira e Silva,
(UnU de Aparecida de Goiânia da
Universidade Estadual de Goiás - UEG)
yarafonsecas@hotmail.com

Dariene Justiniano (PVIC - UEG)

INTRODUÇÃO

“É o menino que revela o homem” (Gilberto Freyre, 1921)

A pesquisa realizada se propôs a dar continuidade ao trabalho de investigação com o documento oficial intitulado “Jornal Correio Oficial¹”, que esteve presente durante o século XIX circulando no território goiano como importante meio de comunicação, e posteriormente contribuir com a construção de um Banco de Dados, que facilite os estudos históricos da Educação em Goiás.

O ano foi a partir de 1890 e seguiu até o final dessa década, em que se realizou a leitura, a captação e a transcrição de notícias referentes à instrução pública no século XIX, objetivando conhecer o processo e as práticas do passado para ampliar nossa compreensão das representações que se perpetuam na sociedade de maneira geral.

A proposta de inventariar e buscar compreender os dados, bem como as informações dos processos educativos extra-escolares se deu por entender que a formação do grupo social não se encontra apenas dentro da escola, mas em outros espaços educativos da sociedade e de outros modos de aprendizagem.

A “fala” do documento oficial mostra a memória histórica de um período em que o interesse político e econômico era de civilização da sociedade brasileira e, portanto, a cultura estabelecida propunha uma concepção e uma formação da criança e do jovem pobre de estigmatizado e excluído.

A questão que desperta curiosidade para a pesquisa em questão é compreender se em nossa sociedade desigual, a formação da criança pobre sempre foi a mesma? O

¹ O período que compreende o referido projeto é a partir do mês de março de 2009 à fevereiro de 2010. Este projeto se insere no *Núcleo Temático: Processos educativos extra-escolares* e encontra-se vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas para *Estudos históricos da educação em Goiás no século XIX*.

que diferencia a criança e o jovem pobre de hoje com a do século XIX? Entende-se que ao “olhar para trás”, leituras e olhares serão pontes para iluminar o melhor caminho para a compreensão do processo excludente que vivenciamos, ainda hoje, em pleno século XXI de respeito à diversidade e de inclusão social.

A proposta de conhecer a história oficial através do jornal do Século XIX é para resgatar a concepção da criança e do jovem pobre, sua existência, seus vínculos afetivos e sociais, pois conhecer o passado é dar voz ao documento oficial e, a partir daí realizar uma interpretação do modelo de criança e de jovem que a sociedade cria, conforme interessa ao grupo dominante.

No Brasil, mais precisamente, no século em questão, ocorreu um processo de estatização do ensino e a institucionalização da escola elementar extensiva a toda população, de caráter leigo, público e obrigatório. Mesmo que garantida a escola para todos os cidadãos, o que se constata é a formação dos filhos das famílias abastadas optando pela educação doméstica, com professores particulares e colégios pagos, não sendo acostumados a frequentarem a escola pública.

Sendo assim, era visível a precariedade e a pouca procura pela escola pública, mesmo com o alto índice de analfabetismo da época. Daí a formação da criança e do jovem pobre estar em outros locais, em estabelecimentos militares, como a Marinha, em que eram acolhidos para aprenderem em os ofícios e servirem de mão de obra “barata”.

Para Veiga (2007, p.160), *“além das aulas públicas existiam o ensino doméstico, os colégios particulares e as instituições para crianças pobres ou órfãs e que eram mantidas por repartições militares, câmaras municipais ou congregações religiosas”*, esse é o espaço em que se deu a formação da criança e do jovem pobre do estado goiano.

As crianças e os jovens de origem pobre, caracterizados como desvalidos eram criados e recebiam sua formação em congregações religiosas mantidas pelo poder público e sociedade de beneficência, nas quais recebiam o ensino dos ofícios associados ou não ao de primeiras letras (ler e contar).

Na década de 1890, constata-se as colônias agrícolas e orfanológicas destinadas aos filhos de escravas e crianças pobres, no intuito de prepará-los para o trabalho e para a “inserção útil na sociedade”,

Ainda para Veiga (2007, p.163), *“há registro de instituições para meninas criadas como o objetivo de coibir a prostituição e a mendicância, onde eram ensinados as primeiras letras e os ofícios ditos femininos como preparação para um possível*

casamento ou para a auto-subsistência”. A formação dada era específica para o trabalho do lar ou para ser empregada doméstica.

Enquanto que para os meninos desvalidos, havia a alternativa da formação educacional e profissional oferecidas pelos órgãos militares e religiosos, ainda Veiga (p.163), *“a partir da segunda metade do século XIX foram criadas em várias províncias as chamadas companhias de aprendizes artífices, que proporcionavam o ensino das primeiras letras, de instrumentos musicais e de diversos ofícios”*. Esses eram os espaços destinados para a formação da população pobre.

E o que de fato acontecia era a carência e a precariedade da escola pública, no sentido de faltar professores qualificados e materiais escolares adequados, edificações adaptadas à sistemática das aulas o que desencadeava uma política de formação, essencialmente, para civilizar em novos hábitos e valores os pobres e mestiços. A proposta era alterar o modo de inserção social, considerando que a escola reforçou a exclusão social nesse período ao invés de incluir, conforme aparentava em sua representação social.

MATERIAL E MÉTODOS

A atividade de pesquisa teve o interesse de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, que objetivava buscar elementos para subsidiar um banco de dados com estudos históricos da Educação em Goiás, por meio desse documento oficial. Essa investigação, de caráter qualitativo e descritivo teve como fonte eleita, o Jornal “Correio Oficial”, renomeado como “Semanário Oficial”, deteve-se na segunda metade do século XIX, inicialmente em 2008, nas décadas entre 1860 e 1870, e no ano de 2009, a de 1890, a seleção desse jornal se dá por entender que a leitura de um documento oficial constitui elementos para se pensar a formação extra-escolar da criança pobre.

Desenvolveu-se a metodologia com a apresentação e discussão da proposta de trabalho, pois a professora e aluna bolsista organizaram e planejaram suas atividades afins. Os encontros mensais na UnU, foram necessários para dar continuidade ao estudo do referencial bibliográfico de Rizzini (2009), Veiga (2007), Leite (2009), os quais subsidiam as reflexões sobre a temática estudada. No decorrer da pesquisa ocorreram

visitas semanais das pesquisadoras ao Arquivo Histórico de Goiás – Praça Cívica em Goiânia - para a coleta de dados no “Jornal Correio Oficial”.

O processo de coleta de dados realizou-se através de leituras, fotografias e transcrições dos livros em que se encontravam o jornal, o objetivo era, portanto, dar continuidade ao trabalho de inventariar dados acerca da educação extra-escolar existentes em cadeias, aldeamentos indígenas e outros.

As visitas ao arquivo histórico, neste segundo ano de pesquisa foram mais confortáveis, pois as pesquisadoras já conheciam a forma de manusear e fotografar o material e a facilidade adquirida na captação de dados, sob a orientação das funcionárias do arquivo, se fez com maior qualidade.

Após a captação de dados no arquivo, por meio de fotografias, o núcleo de pesquisa continua com a segunda fase do trabalho, que se caracteriza pela transcrição dos dados retirados do documento para a composição do banco de dados, para essa transcrição utilizou-se os computadores da UnU, por meio da digitalização dos dados. A terceira e última parte da atividade se fundamentou na atividade de análise, com sustentação teórica do referencial bibliográfico selecionado, o qual compõe o grupo de estudiosos regionais e pensadores que fundamentam o pensamento da época estudada.

O banco de dados é uma fonte de informação, que possibilita uma interação com o mundo real público. Ao organizar e compor um conjunto lógico de dados é possível ver significados para a lógica do contexto estudado. Acredita-se que ao pesquisar o conhecimento, socialmente, elaborado e compartilhado pelo grupo social do século XIX, será possível pensar em sinalizações para a reconstrução da formação da criança pobre, na atualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criança e o jovem pobre, necessariamente, não foram o foco da atenção e nem eram ouvidas ou percebidas. Conforme Leite (2009), a criança tinha a ver com o desempenho econômico, tendo a idéia de que a infância não seria uma fase biológica e sim uma construção cultural e histórica, pois até os 7 anos considerava-se criança, a de 8 aos 12 anos, os meninos, considerados como adultos-aprendizes.

Durante a realização da pesquisa é visível no decorrer dos séculos, notícias do “Jornal Correio Oficial”, em relação ao processo educacional. Portanto percebe-se que em diferentes “falas”, que tanto no período de 1860 como de 1890, a preocupação maior era a manutenção da organização, tendo como sua fiel contribuidora a instrução pública, desempenhando sua hierarquia e a disciplina nas escolas como é retratado na seguinte colocação do “Jornal Correio Oficial” (quarta-feira, 6 de Setembro de 1865 nº 87, dia 28),

Ao inspector geral interino da instrucção publica, - Cumprindo que nos estabelecimentos de instrucção publica se mantenha a mais severa decencia para que o credito dos mesmos não perigue, (...) por intermédio dos empregados seo subordinados ponha em pratica as penas disciplinares que o regulamento autorisa, para manutenção da ordem e respeito no Lycêo, obrigando os estudantes por este meio a procederem exemplarmente”.

Enquanto que nesse período de 1890, apesar de ser outro contexto, a promoção de noticias referente à disciplina rígida é palavra de ordem no Estado, o que se constata é a continuidade dessa idéia, conforme pronuncia o, “Jornal Correio Oficial” (22 de março de 1895, p. 15),

Hontem alguns alumnos da escola militar em numero de 60 praticaram actos de insubordinação pelo qual foram desligados. Hoje restantes imitaram aquelles e os mesmo excederam em actos de indisciplina. Director deu baixa as pracas sendo preso mais 30 officiaes que foram as fortalesas. Procedimento da força publica foi correto. A cidade achase em paz.

A proposta da segunda metade do século XIX é marcada pela forte centralidade e um rígido controle do Estado. É evidente que os avanços ocorreram no decorrer do processo histórico, pois no ano de 1870 vive-se o fim da guerra do Paraguai, o que foi muito noticiado pelo jornal em questão, uma crise política com a discussão da “Lei do ventre livre” que objetivava selar o compromisso do Estado em promover a “civilização do país” e; ao mesmo tempo, manter o seu domínio e seus interesses, e no ano de 1890 é perceptível o investimento de recursos para reforma de caráter científico bem como o incentivo ao ensino secundário, conforme noticia o “Jornal Correio Oficial” (12//08/1899, p.4),

Instrução publica – O ensino secundário tem sido ministrado no Lyceu desta Capital e nas aulas de portuguez e francez das cidades de Porto Nacional e da Palma. Matricularam-se, no corrente anno, nas aulas do Lyceu: de portuguez, 40 alumnos: de francez, 40; de inglez, 13: de latim, 5; de geographia, 15; de historia universal e do Brazil, 1; de arithmetica, de Álgebra, 1 de Geometria, 1.

Se em 1870 a preocupação era a educação da criança e do jovem das camadas populares para o ensino das “Primeiras letras”, agora a discussão se amplia e o interesse passa a ser para o filho de camadas mais abastadas, através do ensino secundário. Mesmo diante de todas as inovações, grande parte da população brasileira era iletrada, inclusive a elite proprietária. Diante disso, importa ressaltar a formação do indígena que se baseava na catequese, por ser esta um instrumento forte para “instrução” dos índios, no qual expunha uma ideologia que era necessária à recuperação das almas dos índios, ao domesticá-los, pois não aceitavam as ordens de escravidão impostas pela classe dominante. Assim, a educação extra-escolar era basicamente a catequese e as oficinas preparatórias para o trabalho rural e doméstico, visto nos seguintes trechos do “Jornal Correio Oficial” (12 de junho de 1869 – p.12):

Se voltarmos as vistas para a colonização ainda – Ao director geral dos índios – Mandando prestar com a possível brevidade as seguintes informações: Catechese. (...) Lembro á illustração d’esta assembléa a conveniencia de por conta da provincia mudar missionarios para a catechese dos indigenas. (...) e segundo me informa o brigadeiro director geral dos indios se tornarão povoações importantes e muitos beneficios trarão á provincia pelas suas condições favoraveis á agricultura e ao commercio.

Um dos principais locais de ensino para os índios era o Colégio Isabel, localizado no Vale do Araguaia, no qual os índios eram instruídos, conforme é analisado no seguinte despacho do “Jornal Correio Oficial” (5 de agosto de 1871 nº 379 pag 1):

Governo Provincial – Relatorio (...) A catechese deve occupar a attenção dos altos poderes do estado, (...) O Governo Imperial attendendo mais a conveniencia de ensaiar com melhor systema a catechese e civilização dos indios, creou, sob a denominação de – Collegio Isabel – na localidade mais apropriada do vale do Rio Araguaya, um estabelecimento onde os meninos das diversas tribos d’aquellas regiões recebem os elementos da instrução primaria,

religiosa e profissional (...) O Collegio Isabel já funciona provisoriamente em uma casa de presídio.

A notícia veiculada no jornal reafirma a ideologia de civilização ao indígena, pois estava explícita a forma de educar dos índios no século XIX, e os mesmos se enquadravam em uma das principais referências de criança pobre da época.

Ainda em 1870, havia uma altíssima porcentagem de escravos, concentrados em maior número em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o que fazia do Brasil, o único país escravista nas Américas. Dentro desse contexto a discussão se faz presente no espaço social e desencadeia uma crise política, e, conseqüentemente promove uma reforma para repensar a condição do escravo.

A “Lei do Ventre Livre”, sancionada em 1871, se propõe em mudar para melhor a condição de vida dos escravos, a mesma propiciaria aos filhos de escravos a condição de ser livre, o que lhes davam o direito de estudar. No entanto, só poderiam ser matriculados pelos senhores de seus pais. Sendo assim, o principal interesse dos “donos” dos escravos, era matricular esses filhos de escravos em instituições de cunho assistencialista, para que suas mães - escravas - cuidassem e amamentassem os filhos de seus donos, e possivelmente os abandonassem em asilos, orfanatos e na rua.

A matrícula na escola era possível conforme revela o trecho do “Jornal Correio Oficial” (28 de setembro de 1871):

Regulamento a que se refere o Decreto nº 4835 desta data para execução do Art. S. da Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871

Cap. I - MATRICULA DE ESCRAVOS

Art. 3.- incumbe a obrigação à matrícula

1º- Aos senhores ou possuidores dos escravos, e impedimento destes, a quem os representar (...) 2º- Aos tutores e curadores, a respeito dos escravos de seus tutelados e curatelados.

Cap. II -DA MATRICULA DOS FILHOS LIVRES DE MULHER ESCRAVA

Art.4- A matrícula dos filhos livres de mulher escrava, deste o dia 28 de setembro do corrente anno, será feita no município em que se acharem com suas mãis (...) 2ª O numero de ordem do matriculando na matrícula dos filhos livres de mulher escrava; 3ª O nome, o sexo, côr, dia, mez, ano do nascimento naturalidade e filiação do matriculando.

Entretanto é preciso lembrar que apesar da Lei, na prática sua aplicação foi pouco expressiva, por durante algum tempo a criança “liberta” continua a viver nas fazendas ou serem abandonadas em orfanatos. Sendo assim as condições nas quais

poderiam ser matriculados os filhos de escravos perpetua a disseminação do preconceito, da discriminação e segregação dos escravos em relação às pessoas brancas e ricas da sociedade da época.

A concepção da criança e do jovem surdo-mudo é também, questionável no século XIX, pois a formação dada se faz a partir da criação de um instituto para essas pessoas. Porém, a questão que se levanta é se de fato este espaço seria realmente para educar ou apenas para separar os mesmos do resto da sociedade? Pois a proposta de assistencialismo era e ainda é muito presente e a concepção de surdo-mudo continuava arraigada nos preconceitos referentes a qualquer tipo de deficiência.

Essas crianças e jovens não seriam educadas em escolas “normais”, mas participariam de um processo extra-escolar, no qual seriam de certa forma “educados”, conforme é citado na seguinte passagem do Correio Oficial (29 de Novembro de 1873 nº: 500 pág:4):

O crescido numero de mais de dois mil surdos-mudos, que já se verificou existirem no Imperio, reclama dos poderes públicos especial attenção, para que elles se tornem cidadãos uteis e não permaneçam no estado de embrutecimento, que, tornando-os impotentes para o bem, não refreia os seus máus instinctos. Para o cultivo de sua intelligencia não servem as escolas destinadas ao ensino dos que gozam do beneficio inapreciavel da palavra. São necessarios institutos especiaes. Deveríamos creal-os nos logares em que mais avoltam aquelles infelizes brasileiros, si por ventura fosse tão facil essa creação, como a de outras escolas.

Diante disso, o governo da Província fez questão de ressaltar que o instituto dispunha-se de condições adequadas para o sucesso do local divulgaram premiações para os alunos que estavam estudando, e constataram que os pais, eram as pessoas que mais viam a instituição com dúvida. De acordo com o relato do “Jornal Correio Oficial” (10 de Janeiro de 1874, nº1):

O facto de tão pequeno numero de surdos-mudos procurar o Instituto, quando hoje está verificado que mais de dois mil existem no Brazil, é evidente prova de que continuam as causas que obstem o desenvolvimento entre nós deste ramo de instrucção popular. Estas causas já apontadas no relatório de 1871 são: 1º A ignorância, quase geral nas provincias, de que existe este Instituto; 2º O serem os surdos-mudos, na quase totalidade, filhos de famílias de tão poucos meios, que não podem vencer as distancias que as separam da corte; 3º A mal entendida compaixão que faz os pais desse infelizes preferirem vel-os juntos a si mergulhados em hedionda ignorância.

A constatação é que mesmo com a criação do Instituto para o grande número de crianças e jovens surdos-mudos, a procura pelo Instituto foi pequena, o que desencadeou a explicação do Governo, no sentido de justificar os possíveis motivos para que as pessoas não tivessem interesse pelo local.

Com base nas notícias retiradas do jornal é possível afirmar que o período entre 1860 e 1870, houve maior preocupação em publicar propostas para a educação pública, ressaltando o papel de duas grandes instâncias de poder, que são a Igreja Católica e o Governo, até então no regime de Império. A igreja controlava a concepção e a prática da educação, tanto a da escola como a extra-escolar, impondo seus dogmas e ensinamentos, transformando as crianças conhecidas como desvalidas, ingênuas e órfãs – indígenas, deficiente e negra - em seres capazes de trabalharem e serem tratados como animais, por medo da “força divina”.

É possível perceber que algo mudou nessa década, mesmo tendo encontrado poucas notícias no arquivo, talvez por ser o “Correio Oficial”, o jornal do Governo e receberem as influências e transformações históricas da época, o que minimizou a inventariação de dados.

O contexto revela suas modificações e em de 1890, as questões acerca da educação continuariam presentes nas notícias do jornal, vistos agora no Semanário Oficial (04 de outubro 1894, p.2), “De Messias Pinto de Cerqueira, professor ode instrucção primaria de Piabanhas, pedindo pagamento dos vencimentos de Novembro e Dezembro de exercício findo de 1893._ junte procuração”, ou ainda a Educação Secundária e os Exames Preparatórios sendo importantes, o que faz entender que a educação vai se tornando mais científica, citado no Semanário Oficial (27de junho de 1899-p.2): “Exames geraes de preparatórios -. Em Janeiro do corrente anno, realikzaram-se no Lyceo, de confromidade com as instrucçõs federaes, os exames de preparatórios”, como situações de despachos referentes aos aldeamentos.

Diante disso, pôde-se analisar que no decorrer da segunda metade do século XIX, em ambas as décadas houve certa evolução em relação a educação formal, destinada a uma parte da população, porém, a criança e o jovem pobre, ainda estão em processos educativos extra-escolares que não favorece a parte intelectual dos mesmos, e sim preparando-os para servir a classe dominante, sendo destinados ao trabalho nas lavouras, agropecuária e as meninas como empregadas domésticas. Lembrando de que a pesquisa começou desde 1860 e foi até 1899, o que curiosamente pôde ser observada é que a criança que se pensou em 1865 é o jovem de 1880 e o adulto de 1899, o que significa entender que a condição do cidadão pobre se perpetua no decorrer do processo histórico dentro da sociedade capitalista.

CONCLUSÕES

A pesquisa em questão cumpre com sua proposta principal, a de subsidiar estudos de História Regional de Goiás, por meio do material coletado e transcrito para o Banco de Dados e com isso tem se a finalização de inventariação de dados do “Jornal Correio Oficial”, no século XIX.

Constata-se que a formação da criança e do jovem pobre era dada nas aulas públicas, no ensino doméstico, em colégios particulares ou instituições mantidas por militares ou congregações religiosas. Havia ainda as instituições criadas para atender a criança órfã em que se priorizava o ensino de ofícios. Para as meninas o intento era formar para o casamento ou para sua auto-subsistência, e para os meninos desvalidos a formação era de caráter educacional, mas principalmente de caráter profissional

Pesquisar um documento oficial com tamanha permanência no século XIX é entender sua importância, enquanto veículo de comunicação da cultura que se estabelecia no território goiano e nacional. O que se percebe é que no jornal é possível verificar a fala oficial que norteia a proposta de formação do grupo goiano no século XIX, calcada nos princípios da moral cristã da igreja. O jornal “Correio Oficial” revela ainda em seu discurso questões referente à formação do cidadão, ao noticiar as condições de implantação, de financiamento, de estrutura física e de funcionamento da escola.

A formação da criança que não freqüentava a precária escola pública se fazia ainda mais catequizadora e doméstica para os filhos de negros e índios, ou branco pobre. No entanto, no decorrer da leitura do documento percebe-se uma mudança de olhar, quando próximo da República, ao que parece o interesse começa a aflorar; talvez pelo interesse de instruir para o trabalho relacionado à agropecuária e oficinas manual existente no Estado goiano.

Em relação à concepção e a formação da criança e do jovem pobre, a socialização que oferecia a eles no contexto sócio-cultural estabeleceu representações de que há uma parte da população que deve se submeter de forma obediente a servir a outra pequena parte do grupo social população. E isso constitui uma cultura que se cria e recria durante o passar das décadas na história do grupo social, mas que é possível ser questionada por aqueles que acreditam em uma educação pública de qualidade.

Ao término da leitura realizada sobre o século XIX e a leitura da nossa atualidade é possível perceber que a “fala” de nossos governantes, se aproxima uma da

outra, tem se a manutenção da ordem social, mas o desrespeito pelo pobre é fato e real, mesmo sendo diferente a realidade e o contexto sócio-histórico.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DE GOIÁS. **Jornal Correio Oficial: décadas de 1860, 1870 e 1890**. Goiânia, 2008/2009.

LEITE MIRIAM L. MOREIRA. In **Historia social da Infância no Brasil**. Org. Marcos César de Freitas. SP: Cortez, 2009.

PRIORE M. D. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, N. **Tradição e renovação educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1975.

RIZZINI, I. e PILOTTI, F. **A arte de governar as crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.